



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 38ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e cinco, na sala de exposição do primeiro
2 piso do bloco “P”, da sede do Arquivo Nacional, na Praça da República, 173 cidade do
3 Rio de Janeiro, sob a presidência do senhor Jaime Antunes da Silva, Presidente do
4 Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), foi realizada a trigésima oitava reunião
5 ordinária do Plenário do CONARQ. Participaram da reunião: Francisca Helena Barbosa
6 Lima, Patrícia Pessi, Marta Célia Bezerra Vale (Poder Executivo Federal), Júlio César
7 Sousa Gomes (Poder Judiciário Federal), Antonio Alberto de Carvalho (Poder
8 Legislativo - Senado Federal), Daniela Francescutti Martins Hott (Poder Legislativo -
9 Câmara dos Deputados), Maria Esperança de Rezende, Maria Izabel de Oliveira
10 (Arquivo Nacional), Edilane Maria D’Almeida Carneiro, Marli Geralda Teixeira,
11 Rosani Goreti Feron (Arquivos Públicos Estaduais); Carlos Roberto Bastos Freitas
12 Campos, Lara Simone Rusczyk de Miranda, Ivana Denise Parrela (Arquivos Públicos
13 Municipais), Clara Marli Scherer Kurtz (associações arquivísticas brasileiras); Zeny
14 Duarte (instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia), Lana Lage da
15 Gama Lima, Alzira Alves Abreu, Regina da Luz Moreira (instituições que congreguem
16 profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes
17 documentais). Justificaram a ausência: Ana Rosa Barreto, Célia Maria Leite Costa,
18 Manuel Domingos Neto e Marcelo Jesus dos Santos. Secretariaram os trabalhos a
19 Marilena Leite Paes, coordenadora do CONARQ, e Sérgio Augusto Ligiero Gomes,
20 assessor técnico da Coordenação do CONARQ. Às nove horas, o presidente Jaime
21 Antunes iniciou a reunião e leu a pauta. Logo após, informou que, conforme decisão da
22 trigésima xx reunião do CONARQ foram enviados os ofícios ao governador do Estado
23 do Rio Grande do Sul e ao prefeito do município de Gramado sugerindo medidas com o
24 fim de propiciar a declaração de interesse social do acervo do Arquivo Histórico
25 Particular Hugo Daros, bem como ofício à senhora Marília Daros, responsável pelo
26 acervo, informando a decisão do Conselho. Passou-se, então, ao item seguinte da pauta:

27 o parecer relativo ao reconhecimento do fundo da Associação Brasileira de Educação -
28 ABE. O presidente apresentou o tema e passou a palavra à senhora Beatriz Moreira
29 Monteiro, presidente da Comissão Técnica de Avaliação para Declaração de Interesse
30 Social do CONARQ. A senhora Beatriz leu o parecer cujo teor opinou favoravelmente
31 pela declaração. Após a leitura, o presidente Jaime Antunes franqueou a palavra aos
32 conselheiros. A conselheira Ivana Denise Parrela indagou se o acervo continuaria
33 recebendo acréscimos, obtendo resposta afirmativa da senhora Beatriz Moreira
34 Monteiro. A senhora Marilena Leite Paes, coordenadora do CONARQ, lembrou que o
35 ponto levantado na reunião anterior era se o arquivo corrente estaria incluído no acervo.
36 O presidente Jaime Antunes alertou para as implicações legais de incluir o arquivo
37 corrente, o que dificultaria, inclusive, a eliminação de documentos. A senhora
38 Francisca Helena, membro da Comissão Técnica de Avaliação, alertou para o fato de
39 que, ao se declarar o interesse do arquivo corrente, se fará a declaração sobre uma
40 função e não apenas sobre um acervo. O presidente Jaime Antunes sugeriu que a
41 declaração fosse apenas sobre o acervo permanente. Observou, ainda, que não caberia o
42 reconhecimento de acervo de biblioteca, mas apenas do acervo arquivístico de valor
43 permanente, fazendo-se necessária a especificação do que está sendo reconhecido nos
44 limites dos nove metros descritos no parecer. Sugeriu, ainda, que a especificação conste
45 explicitamente no parecer. Observou, também, que o arquivo corrente será agregado ao
46 acervo à medida que for avaliado e que isto deverá ser informado à Comissão. A
47 senhora Beatriz destacou que tal observação, sobre a consideração apenas do acervo
48 permanente, deve ser um critério para todos os acervos. Feitas as ressalvas, o parecer foi
49 acatado. Passou-se, então, ao caso da solicitação do reconhecimento do fundo das
50 cervejarias Brahma e Antártica, ambas da Companhia de Bebidas das Américas
51 (AMBEV). O presidente Jaime Antunes passou a palavra ao senhor Jaime Spinelli,
52 membro da Comissão de Avaliação. Este leu o parecer referente à cervejaria Brahma,
53 cujo teor opinava favoravelmente pela declaração. O presidente Jaime Antunes
54 observou a necessidade de padronização das siglas, abreviações e medidas do parecer.
55 Em seguida, franqueou a palavra aos conselheiros. A conselheira Ivana destacou a
56 necessidade de observar a questão do corte para identificação dos acervos. A senhora
57 Beatriz esclareceu que os acervos estão separados por critério cronológico. O presidente
58 Jaime Antunes destacou a necessidade de se proceder da mesma forma para o caso da
59 ABE. A senhora Francisca Helena, membro da Câmara, alegou haver algumas dúvidas
60 sobre a resolução. Destacou que não está claro o critério para se considerar um arquivo

61 permanente nem para se identificar o que deve ser incluído no âmbito de interesse
62 público. O presidente Jaime Antunes esclareceu que cada acervo terá um decreto e
63 haverá notificação aos responsáveis. Observou que pode haver dúvidas se a
64 documentação é muito ampla. Pode haver uma nova declaração no futuro. Cabe
65 verificar. Nesse sentido, deve-se solicitar que a instituição apresente listagens mais
66 detalhadas para registro em cadastro de arquivos privados. Lembrou, inclusive, que há a
67 sugestão de, no âmbito do recenseamento, se verificar os acervos privados para se ter
68 uma informação sobre sua existência. De qualquer forma, o presidente ressaltou que a
69 necessidade de precisar melhor qual é o acervo que está sendo considerado e como
70 deverão ocorrer as agregações futuras deverá ser avaliado. Deverá haver nova avaliação
71 do Conselho. Considerou-se que o corte com base em arquivo permanente é
72 insuficiente, sendo necessário o corte cronológico. O corte então seria até 2004, período
73 avaliado pela Comissão. O corte em data muito recente tem o problema de saber o que
74 incluir. Talvez seja necessário especificar. Uma opção é definir o corte cronológico
75 entre 1891 até 1999, que foi quando a Ambev foi criada. O presidente Jaime Antunes
76 destacou a necessidade de especificar que o que interessa é o acervo histórico e o
77 período. Passou-se ao parecer relativo ao reconhecimento do fundo da cervejaria
78 Antártica. A senhora Beatriz, presidente da Comissão Técnica de Avaliação, leu o
79 parecer que opinava favoravelmente pela declaração. O presidente Jaime Antunes
80 franqueou a palavra para aos conselheiros. Não havendo manifestações, o presidente
81 submeteu o parecer ao plenário que o acatou. O presidente Jaime esclareceu o
82 procedimento: a comissão fará os ajustes necessários. Os casos das duas cervejarias
83 serão tratados em dois processos distintos: um para a cervejaria Antártica e outro para a
84 cervejaria Brahma. Passou-se, então, aos Informes. O presidente informou que foi
85 encaminhada a publicação “Recomendação para a produção e armazenamento de
86 documentos de arquivos” e que, tão logo finalizada, será elaborada uma resolução
87 recomendando-a aos integrantes do SINAR. Sugeriu que, se for do interesse dos
88 conselheiros, a proposta final poderá ser enviada por e-mail. A íntegra estará disponível
89 no sítio do CONARQ. O presidente informou sobre a realização do VI Congresso de
90 Arquivologia do Mercosul, na cidade de Campos do Jordão, São Paulo, com a
91 participação do CONARQ e do Arquivo Nacional. Observou que junto ao Congresso,
92 ocorrerá a reunião de arquivos estaduais, organizada pelo CONARQ, na manhã de
93 17/10. O objetivo é a reativação do fórum estadual e discutir e propor medidas de
94 fortalecimento dos arquivos municipais. A idéia é convidar alguns representantes que

95 estejam trabalhando com regionalização, como SC e RS, e alcançar os prefeitos agora
96 no primeiro ano de gestão. A idéia é definir uma estratégia com esse fim. A
97 conselheira Maria Geralda informou que a Bahia solicita ser incluída. O presidente
98 Jaime lembrou do Sergipe. A conselheira Ivana destacou a experiência de Minas Gerais,
99 com Galba e José Guilherme. Ficaram como proposta de relatos, os casos dos seguintes
100 estados: RS - SC, MG, BA, SP (MP). Também aventou-se a possibilidade da impressão
101 do manual pela gráfica do Senado. Outro encaminhamento aprovado foi um
102 levantamento para se identificar a existência de instituições de congregação municipal.
103 O presidente Jaime Antunes destacou a necessidade de recomposição do fórum estadual
104 de arquivos, com os diretores de arquivos estaduais. Lembrou, ainda, a importância das
105 reuniões estaduais que dão força ao movimento, com as manifestações na forma de
106 cartas. O presidente Jaime Antunes informou que, conforme notícia do senhor Jackson
107 Cavalcanti Júnior, foi publicado o Decreto nº 111, de 24 de maio de 2005, que aprova o
108 Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade para o
109 municipalidade de Olinda – PE. Informou, também, que a prefeitura de Passa Quatro,
110 em MG, criou o Arquivo Público Municipal e instituiu a política municipal de arquivos.
111 Após os informes, o plenário decidiu-se que as próximas reuniões do CONARQ serão
112 programadas para os dias 28 e 29 de novembro de 2005. Não havendo mais pontos na
113 pauta, o presidente Jaime Antunes agradeceu aos conselheiros e às instituições que
114 apoiaram suas vindas e encerrou a reunião.